

Município de Reguengos de Monsaraz



Candidatura ao concurso para atribuição de habitações na Urbanização Monreal em Reguengos de Monsaraz

Registo n.º:		Exmo(a). Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
Processo n.º:		
Registado em:		

Requerente

Nome/Denominação:*					
Domicílio/Sede:*		N.º:		Lote/Andar:	
Código Postal:		Localidade:*			
Contacto Telefónico:		Fax:			
E-mail:					

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório)

Notificações

Consinto que as notificações/comunicações sejam feitas via: (aplicável a pessoas singulares)	<input type="checkbox"/> Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT) <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Fax <input type="checkbox"/> E-mail				
As notificações/comunicações feitas por via postal deverão ser enviadas preferencialmente para a seguinte morada:	<input type="checkbox"/> Requerente <input type="checkbox"/> Representante <input type="checkbox"/> Outra morada (por favor, indique):				
Domicílio:		N.º:		Lote/Andar:	
Código Postal:		Localidade:			

Município de Reguengos de Monsaraz



Pedido

Vem requerer a V. Ex.^a a apreciação da sua candidatura ao concurso para atribuição de habitações sitas na Urbanização Monreal (antes designada por Loteamento Quintinha dos Mendes), em Reguengos de Monsaraz.

Regime do alojamento atual

- Proprietário;
 Arrendatário;
 Casa de Familiares;
 Cedência gratuita/Empréstimo.

Composição do agregado familiar

Elemento 1

Nome completo:			
Parentesco:	<i>O próprio</i>	Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 2

Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 3

Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Município de Reguengos de Monsaraz



Elemento 4			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 5			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 6			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 7			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 8			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Município de Reguengos de Monsaraz



Elemento 9			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Elemento 10			
Nome completo:			
Parentesco:		Data de nascimento:	
Estado civil:			
Situação profissional:			
Rendimento bruto mensal:			

Informação sobre proteção de dados pessoais (aplicável apenas a pessoas singulares)

- Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
- O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base seguintes condições:
 - Responsável pelo tratamento** - Município de Reguengos de Monsaraz;
 - Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;
 - Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
 - Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.
- Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt> ou envie um e-mail para geral@cm-reguengos-monsaraz.pt.
- Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

Declarações

Para os devidos efeitos, declaro que tenho conhecimento das Normas para atribuição de habitações sitas na Urbanização Monreal (antes designada por loteamento Quintinha dos Mendes), em Reguengos de Monsaraz e que cumpro os artigos que deles fazem parte.

* O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Município de Reguengos de Monsaraz



Pede deferimento,

Reguengos de Monsaraz , ___/___/___

O(A) Requerente / O(A) Representante

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o(a) mesmo(a) não souber ou não puder assinar)

Conferi a identificação do(a) Requerente/Representante através dos documentos de identificação exibidos.

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

O(A) Funcionário(a)

Responsável pela Direção do Procedimento: Vereador António Fialho

Contacto Telefónico: 266 508 040 **E-mail:** antonio.fialho@cm-reguengos-monsaraz.pt

Gestor(a) do Procedimento: Sónia Cavaco

Contacto Telefónico: 266 508 170 **E-mail:** scavaco@cm-reguengos-monsaraz.pt

Fundamentação da não apresentação de documentos

Documentos instrutórios do procedimento

- Fotocópia dos documentos de identificação de todos os elementos que compõem o agregado, nomeadamente, Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão; Cédula Pessoal ou Boletim de Nascimento, no caso de menores e números de identificação fiscal de todos os que o possuam, desde que devidamente autorizados pelos próprios nos termos da Lei;
- Fotocópia da Autorização de Residência ou documento equivalente que habilite o candidato a permanecer de forma legal em território nacional, caso se aplique;
- Atestado de residência passado pela Junta de Freguesia confirmando a composição do agregado familiar e o tempo de residência no concelho;
- Em caso de menores sob tutela judicial, documento comprovativo da regulação do poder paternal;
- Declaração de IRS, acompanhada da respetiva nota de liquidação ou cobrança do último ano fiscal, de todos os elementos do agregado;
- Caso não possuam declaração de IRS, em virtude de não estarem obrigados à sua entrega, deverão apresentar certidão de isenção passada pelas Finanças;
- Declaração da Segurança Social ou de outra entidade comprovativa do tipo de pensões e subsídios auferidos anualmente pelos elementos do agregado e respetivos montantes, designadamente: de velhice, social de velhice, de invalidez, de sobrevivência, de orfandade, de viuvez, complemento solidário para idosos, complemento por dependência, subsídio por assistência de terceira pessoa, subsídio por doença, subsídio parental, bonificação de abono de família para crianças e jovens por deficiência, prestação social para a inclusão, subsídio de educação especial;
- Em caso de desemprego, declaração da Segurança Social, indicando o valor do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego;



Documentos instrutórios do procedimento

- Em caso de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, declaração da Segurança Social com o montante mensal auferido e a respetiva composição do agregado familiar beneficiário;
- Declaração da Segurança Social indicando que não está a receber qualquer prestação social;
- Em situação de família monoparental, documento comprovativo da regulação das responsabilidades parentais e do valor da prestação de alimentos devida a menores, fundo de garantia de alimentos devidos a menores, ou, na falta deste, declaração sob compromisso de honra, do valor auferido;
- Em caso de utilização permanente de meios auxiliares de locomoção, declaração médica comprovativa;
- Certidão, emitida há menos de um mês pelo Serviço de Finanças, onde conste a inexistência de bens imóveis em nome do requerente e dos demais elementos do agregado habitacional e respetivos domicílios fiscais;
- Certidões de não dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social;
- Em caso de risco iminente de perda de habitação e, conforme o motivo apresentado, comprovativo da intimação para despejo, ou da execução de hipoteca, ou da oposição à renovação do contrato de arrendamento, do término do prazo para permanência, inferior a um ano, em alojamento temporário ou estabelecimento prisional, de alojamento em ruína iminente;
- Em caso de alojamento sem condições de habitabilidade, comprovativo de entidade competente do nível de degradação;
- Em caso de residência em pensão, parte de casa ou quarto arrendado, recibo de renda ou declaração emitida pelo senhorio acompanhada de comprovativo da situação de proprietário ou arrendatário da habitação;

Todos os elementos do agregado consoante as suas situações profissionais deverão apresentar os seguintes documentos:

- Os trabalhadores por conta de outrem devem apresentar o recibo de vencimento dos últimos três meses anteriores ao da candidatura;
- Os trabalhadores por conta própria devem apresentar fotocópia da declaração de IRS e respetiva nota de liquidação, bem como declaração dos descontos efetuados emitida pelo Instituto da Segurança Social;
- A prestação de serviços domésticos (empregadas domésticas), deve ser confirmada através de declaração do empregador e sempre que possível, declaração do Instituto da Segurança Social mencionando os descontos efetuados;
- Bolseiros – Declaração emitida pela entidade subsidiária indicando o valor mensal da bolsa, emitida há menos de um mês.